RESPONSABILIDADE FISCAL

Nós do IBEF-SP – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, seccional São Paulo, em diálogo com o novo governo, após o envio aos então candidatos(as) à Presidência da República de nossa carta com propostas para aumentar a eficiência empresarial no Brasil – tema do nosso Advocacy -, reforçamos nosso posicionamento em defesa da disciplina fiscal.

Conforme já havíamos manifestado em nossa carta, enviada em agosto deste ano, consideramos que a segurança é o estímulo mais barato para a economia. Nesse sentido, a perspectiva de manutenção da responsabilidade fiscal é fundamental para que os atores privados consigam ter previsibilidade sobre os rumos da economia e possam realizar mais investimentos no país.

Reforçamos, como citado em nossa mensagem anterior, que o risco-país impacta o câmbio, taxa de juros e retorno sobre os investimentos feitos. O atual cenário de incertezas relacionadas à sustentabilidade da trajetória fiscal do país, que tem em seu centro de atenções no momento a tramitação da PEC da Transição no Congresso, somado à falta de clareza sobre qual será a política seguida pela futura equipe econômica, contribui para a elevação desse risco e trava a tomada de decisão para quem gera riqueza e empregos em nossa nação.

A flexibilidade fiscal torna insustentável o orçamento público federal, bem como a dívida pública. Gastos maiores geram déficits primários que, somados ao serviço da dívida pública, causam um déficit nominal que precisa ser financiado. Isso significa aumento da dívida pública, com financiamento a juros cada vez mais altos e, consequentemente, custos também maiores.

Dessa forma, os próximos ciclos são ainda piores: novos déficits primários se somam a serviços de dívidas ainda maiores, gerando déficits nominais crescentes, retroalimentando o ciclo perverso da irresponsabilidade fiscal.

Sabemos que o próximo ano será desafiador para a futura equipe econômica, cujos desafios domésticos se somam a um cenário de desaceleração global iminente. Essa equipe dará o tom das expectativas e da dinâmica dos juros, inflação e crescimento nos próximos anos, a partir da política fiscal que será apresentada.

Nesse sentido, a transparência quanto às regras fiscais que serão seguidas é fundamental para fortalecer a credibilidade do novo governo, com as lições aprendidas, esperamos, de que o nosso país não pode mais comportar aventuras heterodoxas.

Em um cenário em que o compromisso fiscal seja mantido, os benefícios serão colhidos por todos, principalmente os mais pobres, em virtude da menor inflação e maior crescimento.

O IBEF-SP se coloca como parte da solução, mantendo-se à disposição da equipe de transição para contribuir com a discussão desse tema e outros que colaborem para que nosso país tenha um ambiente econômico eficiente e cada vez mais competitivo.